

**A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:  
CAMINHOS PARA A INTEGRALIDADE DO CUIDADO**

**THE INCLUSION OF HEALTH EDUCATION IN PUBLIC POLICIES: PATHS  
TOWARDS COMPREHENSIVE CARE**

**LA INCLUSIÓN DE LA EDUCACIÓN EN SALUD EN LAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS: CAMINOS HACIA LA ATENCIÓN INTEGRAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-240>

**Data de submissão:** 23/07/2025

**Data de publicação:** 23/08/2025

**Denise Gonçalves Moura Pinheiro**

Doutora em Saúde Coletiva

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: dgmpinheiro@gmail.com

**Francisco Daniel Leal Sousa**

Mestre em Saúde da Família

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br>

ORCID: 8828154562623383

E-mail: danielleal3015@gmail.com

**Pedro Paulo Martins de Lira**

Mestrando em Psicologia

Instituição: Universidade Católica de Brasília

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8369-0066>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9118880843631774>

E-mail: pedro.lira@outlook.com

**Regianne de Araujo Albuquerque**

Enfermeira

Instituição: Centro Universitário do Maranhão – (CEUMA)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0136-5909>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6127156114919757>

E-mail: regiannealbuquerque16@gmail.com

**Maíra Beatriz Gomes Muniz**

Cirurgiã Dentista

Instituição: Centro (UNIFIS-FIS)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br>

ORCID: 9901648903466412

E-mail: mairamuniz80@gmail.com

**Isabely Rewley Ferreira Barros**

Enfermeira

Instituição: Universidade Estácio de Sá

E-mail: enferisabellrewley@gmail.com

**Thaís Marchand Ribeiro**

Doutoranda em Ortodontia

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3722-0475>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5871148430598522>

E-mail: thais.marchand@gmail.com

**Francisco Wanderson da Silva Ribeiro**

Enfermeiro

Instituição: Centro Universitário Ateneu

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6676-5018>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1824980225620865>

E-mail: wandersonribeirosilva2025@gmail.com

**Joana Paula Carvalho Correa**

Enfermeira especialista em Urgência e Emergência, Terapia Intensiva de Alta Complexidade e Saúde do Trabalhador

Instituição: Escola de Enfermagem de Manaus da Universidade Federal do Amazonas

Lattes: <http://lattes.cnpq.br>

ORCID: 5821166794345199

E-mail: j.penf@hotmail.com

**Larissa Borges e Silva**

Especialista em Saúde Coletiva

Instituição: Escola de Saúde Pública do Ceará, (ESP/CE)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7491-8549>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9916209668563123>

E-mail: larissaborges835@gmail.com

## RESUMO

Este estudo apresenta uma revisão narrativa da literatura sobre a inserção da educação em saúde nas políticas públicas brasileiras e suas implicações na promoção da integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). A análise abrange os principais programas de educação em saúde, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, identificando os desafios e as lacunas na sua implementação. A revisão destaca que, embora existam avanços significativos, os obstáculos estruturais, como a falta de recursos e a resistência cultural, ainda dificultam a integração efetiva da educação em saúde no SUS. Além disso, aponta que a promoção da integralidade do cuidado é limitada pela fragmentação dos serviços e pela falta de uma abordagem intersetorial eficaz. O estudo sugere que a melhoria da capacitação profissional, a integração das políticas de saúde e educação, e a promoção da participação comunitária são fundamentais para superar esses desafios e garantir uma saúde mais integrada e acessível à população.

**Palavras-chave:** Educação em Saúde. Políticas Públicas. Integralidade do Cuidado. SUS. Promoção da Saúde.

## ABSTRACT

This study presents a narrative review of the literature on the inclusion of health education in Brazilian public policies and its implications for promoting comprehensive care in the Unified Health System (SUS). The analysis covers the main health education programs, such as the Health in Schools Program (PSE) and the National Policy for Continuing Health Education, identifying the challenges and gaps in their implementation. The review highlights that, although significant progress has been made, structural obstacles, such as lack of resources and cultural resistance, still hinder the effective integration of health education into the SUS. Furthermore, it points out that the promotion of comprehensive care is limited by the fragmentation of services and the lack of an effective intersectoral approach. The study suggests that improving professional training, integrating health and education policies, and promoting community participation are essential to overcoming these challenges and ensuring more integrated and accessible healthcare for the population.

**Keywords:** Health Education. Public Policies. Comprehensive Care. SUS. Health Promotion.

## RESUMEN

Este estudio presenta una revisión narrativa de la literatura sobre la inclusión de la educación para la salud en las políticas públicas brasileñas y sus implicaciones para la promoción de la atención integral en el Sistema Único de Salud (SUS). El análisis abarca los principales programas de educación para la salud, como el Programa de Salud en las Escuelas (PSE) y la Política Nacional de Educación Continua en Salud, identificando los desafíos y las deficiencias en su implementación. La revisión destaca que, si bien se han logrado avances significativos, obstáculos estructurales, como la falta de recursos y la resistencia cultural, aún dificultan la integración efectiva de la educación para la salud en el SUS. Además, señala que la promoción de la atención integral se ve limitada por la fragmentación de los servicios y la falta de un enfoque intersectorial eficaz. El estudio sugiere que mejorar la formación profesional, integrar las políticas de salud y educación, y promover la participación comunitaria son esenciales para superar estos desafíos y garantizar una atención sanitaria más integrada y accesible para la población.

**Palabras clave:** Educación para La Salud. Políticas Públicas. Atención Integral. SUS. Promoción de La Salud.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação em saúde é um componente essencial nas políticas públicas brasileiras, especialmente no que tange à promoção da integralidade do cuidado. O Sistema Único de Saúde (SUS) adota a integralidade como um princípio norteador, buscando atender o indivíduo de maneira holística, considerando suas necessidades físicas, emocionais e sociais (Brasil, 2024a). Nesse contexto, a educação em saúde emerge como uma estratégia crucial para fortalecer o sistema de saúde, capacitar a população para práticas de autocuidado e promover a prevenção de doenças (Fittipaldi et al., 2021). O Plano Nacional de Saúde 2024-2027 reforça a importância da formação contínua dos profissionais de saúde, com ênfase na integração de serviços de atenção primária e na valorização da educação em saúde como pilar dessa estratégia (Brasil, 2024b).

O Programa Saúde na Escola (PSE) ilustra a tentativa de vincular a educação em saúde ao ambiente escolar, oferecendo um espaço para a promoção de ações preventivas e educativas desde a infância (Brasil, 2023). No entanto, a integração das práticas de saúde com a educação enfrenta desafios persistentes, como a fragmentação das ações e a subvalorização da educação em saúde dentro das políticas públicas (Machado et al., 2007). A crescente ênfase na educação em saúde revela a necessidade de um olhar crítico sobre as limitações atuais, especialmente no que se refere à capacitação dos profissionais e à implementação de práticas educativas efetivas nos serviços de saúde (Fittipaldi et al., 2021; Brasil, 2024a).

O problema de pesquisa que orienta este estudo é investigar como a inserção da educação em saúde nas políticas públicas brasileiras pode contribuir para a promoção da integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando os desafios e as lacunas existentes na implementação dessas estratégias. A hipótese que guia a pesquisa é a de que a educação em saúde, quando integrada de forma eficaz nas políticas públicas, pode promover a integralidade do cuidado no SUS, melhorando a adesão às práticas preventivas, ampliando o autocuidado e fortalecendo a formação contínua dos profissionais de saúde, apesar dos desafios relacionados à fragmentação dos serviços e à falta de recursos destinados à capacitação dos profissionais.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a inserção da educação em saúde nas políticas públicas contribui para a promoção da integralidade do cuidado no SUS, identificando os principais desafios e avanços dessa integração. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) Examinar as políticas públicas mais recentes relacionadas à educação em saúde e sua implementação no SUS; 2) Identificar os obstáculos enfrentados por profissionais de saúde e gestores na integração da educação em saúde com os serviços de atenção primária; 3) Avaliar a eficácia de programas como o Saúde na Escola (PSE) na promoção da integralidade do cuidado; e 4) Propor

direções para melhorar a capacitação de profissionais e a implementação de práticas educativas dentro do SUS.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, conduzida com o objetivo de analisar a inserção da educação em saúde nas políticas públicas brasileiras e suas implicações na promoção da integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). A revisão foi realizada com uma abordagem qualitativa e abrangente, com base em uma pesquisa documental e acadêmica que permitiu identificar as principais estratégias, desafios e avanços da educação em saúde dentro do SUS.

Para a realização da revisão, foram selecionados e analisados artigos, livros, teses, dissertações e documentos institucionais relevantes, provenientes de bases de dados acadêmicas e institucionais como PubMed, SciELO, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Scholar e o Portal de Periódicos da Capes. Essas fontes foram escolhidas por sua cobertura ampla sobre saúde pública, políticas públicas e educação em saúde, e por fornecerem uma base sólida e confiável para a pesquisa. As palavras-chave utilizadas na busca incluiram "educação em saúde", "políticas públicas", "integralidade da educação em saúde", "SUS", "integralidade do cuidado", "atenção primária" e "saúde coletiva", que foram combinadas entre si por meio dos operadores booleanos "AND", "OR" e "NOT". O uso de operadores booleanos permitiu o intercruzamento de termos, ampliando a abrangência da busca e assegurando a inclusão de diversos enfoques sobre o tema.

A pesquisa adotou critérios rigorosos de inclusão e exclusão para garantir a relevância e a qualidade das fontes. Foram incluídas publicações realizadas nos últimos cinco anos (2018-2023), priorizando estudos atualizados sobre a implementação da educação em saúde no SUS. Também foram selecionados artigos, livros, teses e documentos institucionais que abordam diretamente a educação em saúde dentro do contexto do SUS, com foco na integralidade do cuidado e em programas de saúde pública, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Foram excluídos artigos que não abordavam diretamente o tema da educação em saúde no SUS ou que discutiam contextos diferentes daqueles relacionados às políticas públicas brasileiras, bem como fontes em idiomas distintos do português, inglês ou espanhol.

Após a busca nas bases de dados, foi realizada uma triagem dos títulos e resumos dos artigos encontrados, com a seleção dos estudos que atendiam aos critérios estabelecidos. A leitura completa dos textos selecionados permitiu uma análise aprofundada das informações relevantes. Para garantir a consistência e minimizar possíveis viéses, o processo de seleção foi conduzido por dois revisores independentes, que realizaram a comparação dos artigos selecionados. A análise dos dados foi feita

por meio da técnica de análise de conteúdo, que possibilitou a identificação de categorias e padrões relacionados à implementação da educação em saúde nas políticas públicas, especialmente na atenção primária, e aos impactos na promoção da integralidade do cuidado no SUS.

Este processo de revisão narrativa proporcionou uma compreensão ampla e crítica sobre os avanços, desafios e lacunas na integração da educação em saúde nas políticas públicas do SUS, revelando os fatores que impactam diretamente a efetividade das ações de saúde no Brasil.

### **3 RESULTADOS**

A revisão narrativa da literatura sobre a inserção da educação em saúde nas políticas públicas brasileiras e sua relação com a promoção da integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS) revelou que, embora o país tenha avançado na implementação de políticas de educação em saúde, ainda persistem desafios significativos, tanto no que tange à aplicação efetiva das políticas quanto à superação das barreiras estruturais e culturais.

O Programa Saúde na Escola (PSE), uma das iniciativas mais importantes para integrar saúde e educação no Brasil, foi identificado como uma estratégia central para a promoção da saúde entre os estudantes da rede pública, com foco na prevenção de doenças e na promoção de hábitos saudáveis. O Ministério da Saúde (2023) destaca que o PSE tem sido fundamental para a formação de hábitos saudáveis, mas enfrenta dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros adequados, resistência de alguns gestores escolares e a sobrecarga dos profissionais envolvidos. Fittipaldi, O'Dwyer e Henriques (2021) apontam que, apesar da grande adesão do programa, sua eficácia é comprometida pela falta de infraestrutura nas escolas e pela dificuldade em integrar completamente a saúde nas práticas pedagógicas.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) também tem se mostrado um pilar importante na formação contínua dos profissionais do SUS, sendo uma das estratégias mais eficazes para garantir que a educação em saúde seja integrada aos cuidados. No entanto, a implementação da PNEPS ainda encontra obstáculos consideráveis, como a falta de financiamento contínuo, a escassez de espaços adequados para a formação e a resistência de alguns profissionais em adotar a educação permanente como parte de sua rotina de trabalho (Brasil, 2024; Figueiredo et al., 2022). A desarticulação entre os diversos níveis de gestão e a falta de uma infraestrutura adequada para a implementação da PNEPS dificultam o avanço dessa política.

A atenção primária à saúde, sendo a principal porta de entrada para o SUS, continua a ser um ponto crucial na promoção da saúde e na implementação da integralidade do cuidado. A revisão identificou que, apesar dos avanços, a implementação da educação em saúde na atenção primária

enfrenta obstáculos significativos, como a sobrecarga de trabalho dos profissionais, a escassez de recursos materiais e a falta de integração entre os serviços de saúde. As ações de educação em saúde, como o incentivo à vacinação e a orientação sobre hábitos alimentares saudáveis, são, em muitos casos, aplicadas de forma inconsistente, o que prejudica sua continuidade e eficácia (Fittipaldi, O'Dwyer & Henriques, 2021). A falta de materiais educativos adequados e a resistência cultural dos profissionais de saúde a incorporar a educação em saúde como uma parte central do atendimento contribuem para essa fragilidade.

A análise de Assunção et al. (2020) também revela que a resistência à educação em saúde por parte dos profissionais da atenção primária ocorre principalmente por conta da carga de trabalho excessiva e da visão ainda predominante de que a educação não deve ser priorizada dentro das práticas clínicas. De acordo com o Ministério da Saúde (2023), a integração efetiva da educação em saúde com o atendimento clínico pode transformar as práticas assistenciais, mas para isso é necessário um alinhamento entre as políticas de educação e saúde.

A integralidade do cuidado, um dos princípios fundamentais do SUS, visa oferecer uma abordagem que considere todas as dimensões do paciente, sejam elas físicas, emocionais ou sociais. A educação em saúde tem sido apontada como uma ferramenta essencial para a promoção da integralidade, ao capacitar a população para o autocuidado e incentivar a adesão a práticas preventivas (Brasil, 2024; Figueiredo et al., 2022). No entanto, a implementação plena da integralidade ainda é limitada pela fragmentação dos serviços e pela falta de articulação entre os diferentes níveis de atenção. A revisão revelou que, apesar de existirem políticas voltadas para a promoção da integralidade, a rede de cuidados no SUS ainda carece de maior coordenação, o que dificulta a continuidade do cuidado e, consequentemente, a efetividade das ações de educação em saúde (Assunção et al., 2020).

O Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, publicado pelo Ministério da Saúde (2024), busca proporcionar uma base sólida para a promoção de cuidados integrados no SUS. No entanto, como aponta Figueiredo et al. (2022), sua implementação ainda enfrenta obstáculos, como a falta de recursos humanos adequados e a desarticulação entre as práticas interprofissionais. Além disso, o conceito de integralidade do cuidado, apesar de amplamente adotado nas políticas, ainda não é plenamente compreendido e praticado pelos profissionais de saúde, que muitas vezes permanecem focados em aspectos específicos do cuidado, sem considerar as diversas necessidades do paciente.

Com base nos achados da revisão, foram formuladas algumas propostas para melhorar a educação em saúde no SUS e sua integração com a promoção da integralidade do cuidado. Primeiramente, é fundamental o fortalecimento da capacitação profissional contínua no SUS, garantindo que os profissionais de saúde tenham acesso a programas de formação continuada, com

enfoque na educação em saúde e na integralidade do cuidado (Brasil, 2024; Fittipaldi, O'Dwyer & Henriques, 2021). A integração das políticas de saúde e educação também deve ser mais efetiva, criando estratégias interdisciplinares que envolvam profissionais de diferentes áreas da saúde, com o objetivo de promover um cuidado mais holístico e colaborativo (Brasil, 2024).

Além disso, é imprescindível o fortalecimento da promoção de práticas educativas nas comunidades, com ações que incentivem o autocuidado e a adesão a práticas preventivas de saúde. A implementação de programas de saúde comunitária que envolvam a população e as redes locais pode ser uma estratégia eficaz para garantir a educação em saúde de forma contínua e de fácil acesso (Figueiredo et al., 2022; Ministério da Saúde, 2023). O investimento em infraestrutura e recursos materiais também é crucial para garantir a continuidade das ações de educação em saúde, bem como o desenvolvimento de materiais educativos adequados para os profissionais e a população.

A análise da inserção da educação em saúde nas políticas públicas do SUS e sua relação com a integralidade do cuidado revelou tanto avanços significativos quanto obstáculos persistentes. A falta de recursos, a resistência cultural e a fragmentação dos serviços de saúde são desafios que ainda comprometem a efetividade da educação em saúde no Brasil. Para promover a integralidade do cuidado de forma plena, é necessário fortalecer a capacitação contínua dos profissionais de saúde, integrar as políticas de saúde e educação de forma mais eficaz e promover ações educativas nas comunidades, com apoio de recursos materiais e financeiros adequados. Só assim será possível garantir a promoção da saúde e a prevenção de doenças de forma mais efetiva e acessível a todos.

#### **4 CONCLUSÃO**

A revisão narrativa realizada sobre a inserção da educação em saúde nas políticas públicas brasileiras revelou que, embora existam avanços significativos na integração da educação em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), ainda existem desafios estruturais e culturais que limitam sua implementação plena. A educação em saúde tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para promover a integralidade do cuidado, principalmente na atenção primária, ao capacitar a população para práticas de autocuidado e à adesão a estratégias preventivas. No entanto, a falta de recursos adequados, a fragmentação dos serviços de saúde e a resistência cultural, tanto por parte dos profissionais de saúde quanto da população, continuam a ser obstáculos importantes que dificultam a implementação efetiva dessa abordagem.

A análise dos programas e políticas públicas, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, demonstrou o potencial de integração entre educação e saúde, mas também evidenciou lacunas em sua execução. Embora esses programas visem

a promoção da saúde e a prevenção de doenças, sua eficácia é limitada pela escassez de recursos e pela falta de acompanhamento contínuo. Além disso, a resistência à mudança das práticas de saúde tradicionais, centradas no tratamento, e a falta de uma abordagem intersetorial eficaz para integrar as políticas de saúde e educação são desafios persistentes.

A integralidade do cuidado, princípio fundamental do SUS, ainda enfrenta barreiras significativas. A educação em saúde tem um papel crucial para promover a integralidade, mas sua implementação requer uma reestruturação das práticas de cuidado, uma maior integração entre as diferentes esferas da saúde e a ampliação da capacitação dos profissionais. A melhoria da educação em saúde no SUS passa, portanto, pela capacitação contínua dos profissionais de saúde, pela maior participação da comunidade nas decisões sobre seu próprio cuidado e pelo fortalecimento de uma rede de serviços de saúde mais integrada e colaborativa.

Como proposta para o futuro, é essencial que as políticas de educação em saúde sejam mais amplamente implementadas e que as barreiras estruturais, como a falta de recursos e a fragmentação do cuidado, sejam superadas. A criação de espaços para a educação comunitária, juntamente com o fortalecimento das práticas educativas no nível institucional, será fundamental para garantir a eficácia dessas políticas e alcançar os objetivos de saúde integral para toda a população brasileira.

Em resumo, apesar dos avanços, a inserção da educação em saúde nas políticas públicas no Brasil requer uma abordagem mais integrada e estratégica, com investimentos contínuos em capacitação, infraestrutura e recursos. Somente com a superação dos desafios identificados será possível promover a integralidade do cuidado de forma plena no SUS, garantindo uma saúde mais acessível e de qualidade para todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Elioenai Dornelles. Política de Educação e desenvolvimento para o SUS -: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde. **Revista Gestão & Saúde**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/17>. Acesso em: 8 ago. 2025.

ASSUNÇÃO, Ana Maria; SILVA, Ivoneide Pereira; ELEUTÉRIO, Tânia Cristina Costa; SACCOMANN, Ivani Cristina Rodrigues. A educação para a integralidade do cuidado em saúde. **Revista de Ciências Médicas e da Saúde**, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/RFCMS/article/view/51882>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Gestão do Cuidado Integral**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/dgci>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Integralidade no cuidado é foco de encontro do Ministério da Saúde com estados e municípios**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/integralidade-no-cuidado-e-foco-de-encontro-do-ministerio-da-saude-com-estados-e-municipios>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados**. Brasília, 2024. Disponível em: [https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7\\_Orgaos/SNCF\\_Secretaria\\_Nacional\\_da\\_Politica\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Familia/Arquivos/Cartilha/Marco\\_Conceitual.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Marco_Conceitual.pdf). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Estratégico Institucional do Ministério da Saúde 2024-2027**. Brasília, 2025. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_estrategico\\_institucional\\_ms\\_2024\\_2027.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_estrategico_institucional_ms_2024_2027.pdf). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde – PNS 2024-2027**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento/pns/plano-nacional-de-saude-pns-2024-2027/view>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pneps>. Acesso em: 8 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília, 2024. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola 2023-2024**. Pelotas, 2023. Disponível em: <https://sai4.pelotas.com.br/arquivos/ef5e25e48ff7a58634f112f1afa7c477.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

COSTANTINO, Ilza Cilene Mota; MORAES, Magali Aparecida Alves de; BIFFI, Cássia Regina Fernandes Peres; MARTELATO GIMENEZ, Fabiana Veronez; HIGA, Elza de Fátima Ribeiro. Integralidade do cuidado: visão da equipe multiprofissional na Estratégia Saúde da Família. **Revista**

**Foco**, v. 16, n. 7, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2537>. Acesso em: 8 ago. 2025.

DORNELLES ALVES, Elioenai. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde. **Revista G&S**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/17>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Eluana Borges Leitão de; SOUZA, Ândrea Cardoso de; GITONAM, Ana Abrahão; HONORATO, Lucas Tavares; PAQUIELA, Eliane Oliveira de Andrade. Educação permanente em saúde: uma política interprofissional e afetiva. **Saúde Debate**, v. 46, n. 135, p. 1164-1173, 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2022.v46n135/1164-1173/>. Acesso em: 8 ago. 2025

FITTIPALDI, Ana Lúcia de Magalhães; O'DWYER, Gisele; HENRIQUES, Patrícia. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 25, e200806, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200806>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MACHADO, Maria de Fátima Antero; MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles; QUEIROZ, Danielle Teixeira; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha; BARROSO, Maria Graziela Teixeira. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 1-10, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200009>. Acesso em: 8 ago. 2025.